



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

Graciliano e Rosa

O primeiro encontro de Guimarães Rosa com Graciliano Ramos foi um desencontro. Rosa estreou em livro no ano de 1946, com *Sagarana*, aos 38 anos de idade. Mas, na verdade, o livro teve a primeira versão finalizada em 1937. E, realmente, foi uma verdadeira saga. A primeira versão tinha 12 histórias e se chamava *Sezão*, nome dado no interior à malária. Na recém-publicada biografia sobre o escritor mineiro, Leonencio Nossa explica que Rosa não queria repetir os personagens do regionalismo nordestino, quase

sempre convergindo para a decadência e a morte. Mesmo mergulhados em experiências dramáticas ou trágicas, os homens e mulheres das narrativas de Rosa não se portam na situação de vítimas do destino, reagem e projetam um olhar poético sobre a vida: “Não é a literatura de José Lins do Rego, dos que se entregam, dos que são vencidos na literatura regional. Não, não são nunca vencidos”, dizia Rosa. Em determinado momento, o escritor que ruminava as histórias com vagar semelhante aos bois das fazendas de Minas, decidiu considerar finalizada a coletânea de contos por uma razão pragmática. Ele queria concorrer ao Prêmio Humberto Campos, promovido pela então prestigiosa editora José Olympio. O título *Sezão* foi mudado para o genérico *Contos*, com as 12 histórias,

assinadas pelo pseudônimo Viator. No júri, figuraram Marques Rebelo, Prudente de Moraes Neto, Peregrino Jr. Dias da Costa e Graciliano Ramos. Mestre Graça já era consagrado por *Caetés*, *São Bernardo* e *Angústia*. A avaliação levou à final e dividiu o júri de maneira polêmica contra e a favor duas obras: *Contos*, de Guimarães Rosa, e o romance *Maria Perigosa*, de Luís Jardim, do escritor e artista plástico pernambucano. Marques Rebelo e Prudente de Moraes Neto vislumbraram na obra de Rosa a centelha do gênio. Do outro lado, ficaram Dias da Costa e Graciliano Ramos na defesa da ficção de Luís Jardim. Pelegrino Júnior desempatou a peleja e premiou Maria Perigosa. O chão tremeu nos bastidores. Marques Rebelo ficou revoltado com o que considerava uma tremenda

injustiça e ficou dois anos sem falar com o romancista alagoano. Graça criticou, duramente, dois contos do livro e explicou o voto contra: “Votei porque dois dos seus contos me pareceram bastante ordinários: a história dum médico morto na roça, reduzido à condição de trabalhador do eito, eu namoro mais ou menos idiota dum engenheiro com uma professora do Grupo Escolar”. Chegou a chamar de “antiôfídico” a uma das narrativas em que um personagem é picado por uma cobra. Considerou “admirável” o conto *A hora e a vez de Augusto Matraga*, história de um homem que se vinga de uma injustiça da maneira mais inapelável. Rosa sentiu o baque, pois o voto contrário partiu justamente de Graça. De sua parte, Graciliano ficou inquieto e

desconfiado de que poderia ter sido injusto com o talento literário do mineiro. O fato é que Rosa passou 11 anos reescrevendo a coletânea, acatou as críticas de Graciliano, eliminou textos e só publicou *Sagarana* em 1947. O desencontro foi fecundo para Rosa. Graças às críticas de Graciliano, ele decantou e depurou *Sagarana* a ponto de se tornar um dos melhores livros de contos da literatura brasileira. Tempos depois, os dois, finalmente, se encontraram. Graça perguntou se sabia que ele recusara o livro no concurso e Rosa respondeu que, sim, tranquilamente. Graciliano ficou talvez aliviado pelo desenlace da história, pois não era fácil carregar na consciência a dúvida de ter cometido uma injustiça na avaliação de um escritor brasileiro com chipsa.

VIOLÊNCIA

Mulher não identificada foi assassinada com golpes de faca por um homem na mesma situação de vulnerabilidade social, ontem de madrugada, atrás de uma escola pública na QNN 3. Polícia Civil trabalha com hipótese de feminicídio

Moradora de rua é morta em Ceilândia

» BEATRIZ MASCARENHAS
» DARCIANNE DIOGO

O Distrito Federal assistiu, ontem, a mais um episódio violento que tem a rua como cenário e um de seus moradores como protagonista. Na QNN 3, atrás do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 35 de Ceilândia Norte, uma mulher ainda não identificada foi assassinada a facadas por um homem após uma discussão na madrugada. O fato é tratado como feminicídio. A área onde ocorreu o crime é ponto de fluxo intenso de pessoas em situação de rua e “feira” de drogas. No local, o **Correio** conversou com testemunhas. Os relatos são de que uma discussão entre a vítima e o suspeito começou por volta

das 4h. De repente, a mulher começou a gritar. Mas como os episódios eram triviais, não desconfiaram. Uma hora depois, encontraram a mulher gravemente ferida por faca. Uma pessoa pediu para que alguém acionasse o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Segundo o Corpo de Bombeiros (CBMDF), a ocorrência foi registrada às 5h53. A equipe encaminhou a vítima ao Hospital Regional de Ceilândia (HRC), mas ela morreu na unidade hospitalar, após ser internada em estado grave. A Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam II) investiga o caso. No local, peritos colheram evidência para elucidar a dinâmica do crime. Até o início da noite de ontem, nem a vítima nem o autor haviam sido

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



No local onde o crime ocorreu, moradores relatam brigas recorrentes entre pessoas em situação de rua. Autor ainda não foi identificado

identificados. Ambos são moradores em situação de rua.

Tentativa de homicídio

Horas mais tarde, na Quadra 301 de Águas Claras, mais uma ocorrência envolvendo pessoas

em situação de rua. Dessa vez, uma delas aparece como autora. Um homem foi preso pela Polícia Militar depois de usar uma faca e pedras para ferir outros dois — também em situação de rua. Policiais patrulhavam pela quadra, quando foram abordados

pela vítima, que narrou o episódio. Militares do Corpo de Bombeiros fizeram o atendimento pré-hospitalar dos dois homens. Um deles, com ferimentos mais graves, precisou ser levado ao Hospital Regional de Taguatinga (HRT). O autor estava próximo ao local

do crime e foi abordado e preso em flagrante por tentativa de homicídio. Com ele, a faca supostamente usada para o ataque. PMs encaminharam o autor a uma unidade de saúde do Núcleo Bandeirante para atendimento médico e, depois, à 21ª Delegacia de Polícia (Taguatinga Sul).

Homem que chutou criança tem internação negada

» VITÓRIA TORRES

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) negou o pedido de internação involuntária de Celso Delfino Pinheiro, 41 anos, acusado de chutar a cabeça de uma criança de 5 anos na manhã de quarta-feira (12), na 302 Sul. O pedido havia sido feito pela Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF) após o episódio, registrado por câmeras de segurança. Segundo a Saúde, o homem em situação de vulnerabilidade social não apresentava sinais de surto no momento da avaliação e, por isso, não preenchia os critérios para uma internação involuntária. Ele também não foi encontrado sob o efeito de álcool ou drogas. Mas, apesar da negativa, Celso permanece sendo procurado pelas equipes da pasta para acompanhar seu estado de saúde e identificar possíveis necessidades de atendimento. Ao **Correio**, a subsecretária de Saúde Mental da SES-DF, Fernanda Falcomer, explicou que o acompanhamento é realizado principalmente pelo Consultório na Rua, serviço da Rede de Atenção Psicossocial (Raps). “Vamos até o local identificado onde a pessoa está e volta toda semana para fazer exames, entrega de medicações, consultas e monitoramento contínuo”, explicou. Segundo a subsecretária, Celso foi registrado na região central do Plano Piloto. Caso ele não esteja no ponto indicado pelas equipes, os profissionais tentam encontrá-lo novamente. “Eles migram de um lado para o outro, afinal, têm o direito de ir e vir”, afirmou. A condição de vulnerabilidade do autor é acompanhada pelas equipes, já que pode aumentar a exposição a situações capazes de afetar a saúde física e mental. “Nem toda pessoa com problema de saúde mental é violenta e nem toda pessoa sem problema de saúde mental não é”, destacou Fernanda.

Minervino Júnior/CB



Celso Delfino Pinheiro, de 41 anos, está na busca ativa pelo Consultório na Rua, da SES-DF

Caso as equipes identifiquem algum problema de saúde mental, a pessoa pode ser encaminhada para atendimento em um Centro de Atenção Psicossocial (Caps), conforme a avaliação dos profissionais. O atendimento, no entanto, é opcional. Como não há uma determinação judicial para obrigar Celso a receber o acompanhamento, ele pode aceitar ou recusar a assistência oferecida pelos profissionais. A SES-DF destacou em nota que a internação involuntária é uma medida de saúde e não pode ser utilizada como forma de punição.

Protocolo

O Governo do Distrito Federal (GDF) regulamentou, por meio do Decreto nº 49.089, de 7 de agosto, a lei distrital que estabelece a política de acolhimento e atenção integral à população em situação de rua. Entre as possibilidades previstas está

a internação involuntária, em caráter excepcional e como última instância terapêutica. O secretário da SSP-DF, Alexandre Patury, falou à reportagem que o novo protocolo representa uma alternativa para casos em que há suspeita de problemas de saúde mental, uso de álcool ou drogas e risco à própria pessoa ou a terceiros. Segundo ele, a regulamentação permite que o delegado acione a rede de saúde para avaliar a necessidade da medida, cuja decisão final cabe aos profissionais da área. “Toda vez que esta pessoa mostrar perigo para ela, para outra pessoa ou para a sociedade, e estiver aparente com algum problema de saúde mental, álcool, drogas ou baixo discernimento, o delegado pode entrar em contato com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) para acionar o protocolo de internação involuntária”, explicou Patury.

Porém, a avaliação médica é que determina se a medida é necessária. “Efetivamente, quem vai decidir é a Saúde. Não temos nenhuma ingerência em relação a isso. Nós apenas notificamos para não correr o risco de colocar uma pessoa que esteja com problema de saúde mental na rua”, observou o secretário. “O delegado não é profissional de saúde, ele não vai saber se aquela pessoa tem ou não algum problema de saúde mental”, completou. Ao comentar a recorrência de episódios de violência envolvendo pessoas em situação de rua, o secretário afirmou que o problema não está, segundo ele, na falta de atuação policial, mas na legislação que permite que pessoas presas por determinados crimes sejam liberadas após os procedimentos previstos em lei. “Não é a polícia que não prende. Por nossa vontade, o bandido ficava preso. Essas pessoas são soltas por conta da legislação permissiva”, pontuou.

Embaixada dos EUA é alvo de protesto

A Juventude Sem Terra, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e o Levante Popular da Juventude realizaram um protesto em frente à Embaixada dos Estados Unidos. A manifestação, na manhã de ontem, envolveu pichações nos muros da representação diplomática e a queima da bandeira norte-americana. Em publicações nas redes sociais, os movimentos classificaram a ação como “uma intervenção contra a indústria da guerra e a política imperialista dos Estados Unidos”. Os grupos também relacionaram o protesto ao aniversário de 100 anos de Fidel Castro, líder revolucionário e ex-presidente de Cuba. Segundo a Polícia Militar, um dos possíveis envolvidos foi preso após ser identificado durante as investigações. O homem foi conduzido à 1ª Delegacia de Polícia (Asa Sul) e liberado após assinar um Termo Circunstanciado de Ocorrência. Imagens de câmeras de segurança ajudaram os policiais na identificação de oito pessoas que teriam participado da ação. O caso foi encaminhado à Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), que deverá apurar as circunstâncias da manifestação e a participação dos envolvidos nos atos. Em nota, a Embaixada dos Estados Unidos declarou estar ciente do vandalismo: “Tais atos são inaceitáveis, e estamos trabalhando com as autoridades locais”. A representação diplomática também afirmou que o país permanece comprometido em manter o diálogo com o povo brasileiro.

Reprodução/Redes Sociais



Apesar de defender o uso da internação involuntária em situações específicas, o secretário ressaltou que a condição de estar em situação de rua não significa que uma pessoa seja criminosa ou faça uso

de drogas. “A maior parte dessa população é vulnerável, pessoas que precisam de ajuda e por isso foram criadas as ações, oferecendo possibilidade para resgatar a dignidade delas”, concluiu.